



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº: 095 /2021
19ª SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL EM 26.04.2021
PROCESSO DE RECURSO Nº 1/5280/2018
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/20181204-6
RECORRENTE: FREVO BRASIL INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
CGF: 06.299.970-2
RELATOR ORIGINÁRIO: RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO
RELATOR DESIGNADO: LÚCIO FLÁVIO ALVES

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. Foi constatado pelos relatórios de malha fiscal que a empresa autuada deixou de recolher débitos fiscais provenientes do Sistema de Trânsito de Mercadoria- Sitram alusivos as operações com mercadorias sujeitas ao diferencial de alíquota na entrada de acordo as planilhas anexadas aos autos com os valores dos débitos por operação e mensal. Julgamento de 1ª Instância pela procedência da autuação. Decisão do colegiado, por voto de desempate da presidência, **pela nulidade da decisão singular**, para oportunizar a entrega das consultas do Sitram com os números das notas fiscais geradoras dos débitos, sendo reaberto prazo para o contribuinte aditar sua defesa com todas as garantias processuais de ampla defesa e contraditório, e de pagamento com descontos da época da autuação, e após as providências citadas, ser proferido novo julgamento em 1ª instância, decisão com fulcro no previsto no art. 33, III; 46; 83; 84, § 1º; 85 da Lei nº 15.614/2014, art. 31, IV do Dec. nº 32.885/18. Recurso ordinário conhecido e provido, por voto de desempate do Presidente, em conformidade com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, e de acordo com a manifestação oral proferida em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

Palavras chave: ICMS. Falta de recolhimento. Diferencial de alíquota. Sitram. Planilhas. Conjunto probatório. Retorno. Decisão singular. Omissão. Irregularidade. Nulidade decisão.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

01 – RELATÓRIO

Versam os autos de lançamento tributário confeccionado em face de o sujeito passivo ter cometido a infração, assim relatada:

“ Falta de recolhimento do ICMS relativo ao diferencial entre as alíquotas internas e interestadual.

Por meio dos indicadores apresentados nos relatórios de malha fiscal, constatamos que a atuada deixou de recolher débitos fiscais provenientes do Sitram de mercadorias sujeitas ao diferencial de alíquota. Configurando falta de recolhimento do ICMS. Vide informações complementares”.

O agente atuante aponta como violado o art. 73; 74 e artigos 589 a 593 do Decreto nº 24.569/97, com penalidade no art. 123, I, “d”, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03.

Demonstrativo do Crédito Tributário(R\$)

ICMS	29.037,91
Multa	14.518,81
TOTAL	43.556,72

Nas informações complementares o agente atuante descreve a metodologia para chegar ao valor exigido no auto de infração, com destaque:

“ No curso da ação fiscal, procedemos a análise do relatório de malha fiscal. Por meio dos indicadores apresentados, verificamos que a atuada deixou de recolher débitos fiscais provenientes do Sistema de trânsito de mercadorias – Sitram de mercadorias sujeitas ao ICMS Diferencial de Alíquotas, configurando falta de recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquotas. Em anexo, segue CD contendo a planilha em que estão especificadas os débitos fiscais que deram ensejo à infração”.

Constam no caderno processual os documentos necessários ao procedimento de fiscalização.

A empresa apresenta impugnação ao auto de infração de acordo com às fls. 24/35 dos autos.

Na Instância Prima o auto de infração teve Julgamento nº 657/19 pela procedência da autuação, rejeitando as preliminares argüidas pela impugnante.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

A empresa inconformada com a decisão singular para apresenta recurso ordinário, ponderando basicamente que:

- I- Preliminar. Ausência de motivação do ato administrativo. Metodologia defeituosa. Nulidade;
- II- Da incompetência da autoridade designante;
- III- Da nulidade em virtude do cerceamento do direito de defesa;
- IV- Da nulidade em virtude do bis in idem;

O Parecer da Assessoria Processual Tributária opina pelo conhecimento do recurso ordinário, para declarar a nulidade do julgamento singular, para entrega das consultas do Sitram e reabertura do prazo para apresentação da impugnação, e retorno à célula de 1ª Instância para novo julgamento.

É o breve relato.

02 – VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso ordinário em virtude da decisão singular de procedência da exigência fiscal.

Insta destacar que a acusação fiscal trata de falta ICMS- DIFAL verificado pelos indicadores apresentados no relatório de malha fiscal, no período de abril/14; junho/14 a 12/14; 12/15 no valor de R\$ 29.037,91 e multa de R\$ 14.518,81.

No presente caso o Mandado de Ação Fiscal nº 2018.00692 foi emitido pelo Orientador da Célula de Gestão Fiscal dos Setores Econômicos-CESEC, o servidor Gustavo A N. de Albuquerque, Mat. 104.295-1-X, com competência conforme art. 3º, § 2º, I, “b” da Instrução Normativa nº 49/11, portanto, inexistindo nulidade a ser declarada no caso em tela.

No que diz respeito a motivação do ato administrativo praticado pelo agente atuante, entendemos que encontra-se devidamente motivado, com demonstração da matéria tributável, conforme o previsto no art. 142 do CTN, com o relato do auto de infração claro e preciso da motivação da exigência fiscal, logo, sendo necessário o afastamento da nulidade por falta de motivação.

No tocante ao cerceamento ao direito de defesa, em razão da não anexação do CD ao processo, não sendo possível ao contribuinte realizar qualquer análise do que fora alegado, insta dizer que segundo consta na informação complementar no campo “ III-documentos anexados”, foi



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

entregue ao contribuinte um CD contendo planilha – relação débito sitram 11-14 a 08-15.xlsx e também, consta dos autos o citado CD.

Por sua vez, quanto a ponderação de que diversos créditos tributários declarados pela empresa no período de 2011 a 2015 foram constituídos em dívida ativa, podendo haver duplicidade de cobrança, destaque que a recorrente não apresentou qualquer evidência de tal ponderação, o que leva ao afastamento da nulidade citada.

Convém trazer para o caso o previsto no art. 46 e 83 da Lei n. 15.614/14, assim formalizados:

“Art. 46. Além dos princípios referidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, o processo administrativo-tributário pautar-se-á, também, dentro outros, pelos princípios do Contraditório, da Ampla Defesa, da Celeridade, da Simplicidade, da Economia Processual e da Verdade Material.

Art. 83. São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de quaisquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.”

Urge pontuar a fundamentação utilizada pela julgadora quando afastou ao cerceamento do direito de defesa – não teve acesso á tabela de documentos fiscais, constante do CD, abaixo transcrita:

“ Não obstante o alegado, o que se verifica na cópia do AR – Aviso de Recebimento referente ao envio do auto de infração, anexo às fls. 20 é uma extensa listagem de documentos no campo “declaração de documentos” e em seu verso, dentre eles diversas planilhas encaminhadas ao contribuinte por ocasião do encerramento da ação fiscal, o que a meu ver é prova satisfatória da remessa da documentação”.

Por outro lado, no parecer da Assessoria Processual, é importante destacar parte em que a Assessora informa que constatou que na pasta –DÉBITOS INDIVIDUALIZADOS- NO ÍTEM períodos não constam o número da nota fiscal que foi registrado no SITRAM, assim expresso:

“ Contudo, observa-se que na pasta –DÉBITOS INDIVIDUALIZADOS – no item PERÍODO, não consta o número do documento fiscal que foi registrado no SITRAM por ocasião da entrada no estado. Porém, entendemos que essa omissão caracteriza uma nulidade relativa sendo passível de correção, isso está cristalina e consubstanciada no art. 56 do Dec n. 32.885/18, logo, não deve levar a nulidade do ato administrativo.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

(...)

“ No caso presente tal omissão foi perfeitamente sanada através da assessoria tributária ao anexar aos autos a informação no sistema SITRAM – Sistema de Trânsito de Mercadorias – com identificação plena do emitente do documento fiscal, o número da nota fiscal, data da inclusão no sistema, destinatário (autuada), data do vencimento, código da receita – 1090, valor do ICMS e número do auto de infração a qual pertence o documento fiscal”.

Nesse sentido, a Assessora Processual Tributária com base no previsto no art. 31, IV, do Dec. nº 32.885/18, adotou providências que resultem em saneamento processual, anexando as planilhas do Sitram-Sistema de Trânsito de Mercadorias às fls 76/83 dos autos, contendo exatamente os valores consignados no auto de infração, os números das notas fiscais, data da inclusão no sistema, código da receita.

Ademais, calha informar um comando importante no procedimento de formalização do procedimento de lançamento, o previsto no art. 41, § 2º do Dec. nº 32.885/18, assim expresso:

“Art. 41. (...)

§ 2º. O relato da infração deverá conter a descrição clara e precisa do fato que motivou a autuação e das circunstâncias em que foi praticado, fazendo-se acompanhar dos relatórios, planilhas, demonstrativos e demais levantamentos indispensáveis à comprovação do ilícito narrado produzidos em meio digital inclusive.”

Assim, a interpretação do artigo e no sentido que o agente autuante deve anexar aos autos os demonstrativos, relatórios e planilhas e elementos que comprovaram a acusação fiscal, em conformidade com o regulado no art. 828 do Dec. nº 25.459/97.

Por outro lado, também, insta evidenciar texto normativo importante para a presente questão que foi inserido no previsto no art. 84, § 1º da Lei nº 15.614/14, inscrito desta forma:

“Art. 84. As irregularidades ou omissões passíveis de correção não serão declaradas nulas.

§ 1º. Quando corrigida a irregularidade ou provida a omissão, e dependendo do atos subsequentes atingidos, far-se-á a reabertura do prazo ao autuado, para fins de pagamento com o desconto previsto à época da lavratura do auto de infração ou para apresentar impugnação, podendo a defesa que tenha sido interposta, ser aditada, caso em que o aditamento será circunscrito ao tópico ou itens objeto da retificação.”



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

Logo, sabemos que uma das garantias processuais constitucionais do contribuinte é o contraditório e ampla defesa, e que sua preterição leva a nulidade do processo(art. 83 da Lei nº 15.614/14), devendo ser declarada de ofício.

Também, que é da atribuição do Julgador Administrativo Tributário diligenciar com vistas à juntada de documentos e adotar providências que resultem em saneamento processual, conforme talhado no art. 33, III da Lei nº 15.614/14.

Nesse sentido, como o aplicador do direito deve fazer a interpretação do sistema legal de forma sistemática, levando em conta a finalidade da lei, que no caso do processo é assegurar que o contribuinte tenha acesso a todos os documentos que embasaram a acusação fiscal, o colegiado entendeu por voto de desempate do presidente, que deveria ser declarada a nulidade da decisão singular, objetivando que fosse observado o previsto no art. 84, § 1º da lei acima mencionada, conforme excerto do voto de desempate do Presidente, assim pontuado:

“ Resolve afastar a Nulidade arguida por falta de provas e determinar o Retorno dos autos à instância singular para novo julgamento, reabrindo os prazos para que o contribuinte possa aditar sua impugnação, restabelecendo os descontos vigentes à época do lançamento para pagamento do Auto de Infração, e todos os demais benefícios, conforme estabelece o Parágrafo 1º do artigo 84 da Lei 15.614/14, sob o entendimento de que no caso em questão, o registro do lançamento foi feito com base na indicação da prova existente no SITRAM e, embora ausente aos autos, ela já estava constituída na data do lançamento e, foi providencialmente anexada aos autos pela assessora tributária. A legislação também obriga o julgador a afastar as nulidades cujas falhas processuais sejam passíveis de correção”.

Portanto, diante das circunstâncias fáticas e legais do caso em questão, o processo deverá retornar a instância monocrática para novo julgamento, consoante o previsto no art. 85 da Lei nº 15.614/14, assim expresso:

“Art. 85. Quando a CJ não acolher a decisão de primeira instância que declarar a nulidade ou extinção, determinará o retorno do processo à instância singular para a realização de novo julgamento.”

Pelo exposto, VOTO no sentido de conhecer do recurso ordinário, para dar-lhe provimento no sentido de declarar a nulidade da decisão singular, para entrega dos relatórios do Sitram ao contribuinte (fls.75/83), com reabertura de prazo para providências legais, e depois retornando o processo para novo julgamento na Instância prima, conforme voto de desempate do Presidente, que faz parte do presente voto e os fundamentos do parecer da Assessoria Processual Tributária.

É como voto.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

03 – DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos o Processo de Recurso Nº 1/5280/2018 – Auto de Infração nº 1/201812104. RECORRENTE: FREVO BRASIL INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. **Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, por voto de desempate da Presidência, resolve afastar a Nulidade arguida por falta de provas e determinar o **Retorno dos autos à instância singular para novo julgamento**, reabrindo os prazos para que o contribuinte possa aditar sua impugnação, restabelecendo os descontos vigentes à época do lançamento para pagamento do Auto de Infração, e todos os demais benefícios, conforme estabelece o Parágrafo 1º do artigo 84 da Lei 15.614/14, sob o entendimento de que no caso em questão, o registro do lançamento foi feito com base na indicação da prova existente no SITRAM e, embora ausente aos autos, ela já estava constituída na data do lançamento e, foi providencialmente anexada aos autos pela assessora tributária. A legislação também obriga o julgador a afastar as nulidades cujas falhas processuais sejam passíveis de correção. Os conselheiros, Mikael Pinheiro de Oliveira, Ricardo Ferreira Valente Filho e Felipe Augusto Araújo Muniz votaram acatando a nulidade do auto de infração. Os conselheiros Lúcio Flávio Alves, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto e Alexandre Mendes de Sousa se manifestaram por afastar a nulidade requerida pela recorrente e, remeter o processo à instância primária para novo julgamento, observando as determinações do parágrafo 1º do artigo 85 da lei 15.614/14. Tudo de acordo com o voto **Conselheiro Relator**, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, a representante legal da recorrente, Dr. José Erinaldo Dantas Filho e Dra. Laís Sindeaux.

SALA DAS SESSÕES DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS,
em Fortaleza, 12 de julho de 2021.

FRANCISCO
WELLINGTON AVILA
PEREIRA

Assinado de forma digital por
FRANCISCO WELLINGTON AVILA
PEREIRA
Dados: 2021.07.05 15:27:25 -03'00'

Francisco Wellington Ávila Pereira

Presidente



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

LUCIO FLAVIO

Assinaco de forma digital por LUCIO

ALVES:39871657315

FLAVIO ALVES:39871657315

Dados: 2021.06.18 09:29:10 -03'00'

Lúcio Flávio Alves

Relator

André Gustavo Carreiro Pereira

Procurador do Estado

Ciente em: ___/___/___